

MIRANDA

ENGENHARIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG, POR INTERMÉDIO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG

Processo Licitatório nº: 030/2023

Concorrência Pública nº: 004/2023 - RP nº 008/2023



MIRANDA ENGENHARIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.153.445/0001-44, estabelecida na Comunidade de Iiritiba, s/n, Zona Rural, Anchieta/ES, CEP 29230-000, por intermédio de seu representante legal, Sr **JOÃO VINICIUS MIRANDA VIANA**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador do CPF nº 093.168.877-98, - Carteira de Identidade nº 124826686, órgão expedidor DIC/RJ, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro no art. 41, §2º da Lei 8.666/93 c/c item 12.1 e ss. do presente edital da Concorrência Pública nº 004/2023, interpor tempestivamente

IMPUGNAÇÃO

em face do edital da Concorrência Pública nº 004/2023 (Processo Licitatório nº 030/2023), publicado pelo **MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG**, por intermédio de seu Presidente da Comissão Permanente de Licitação, rogando, desde já, seja o presente certame **SUSPENSO**, e caso mantenha o teor do edital mesmo diante das irregularidades e obscuridades, e não se convença das razões abaixo formuladas e, "*spont propria*", não proceda com a reforma, que a presente impugnação seja dirigida à Autoridade que lhe for imediatamente superior, com

manifestação escrita e oficial, com a devida análise e parecer jurídico da Procuradoria Municipal; tudo conforme as razões de fato e de direito abaixo aduzidas.

- Preliminarmente -

Conforme os procedimentos estabelecidos pelo art. 109 da Lei 8.666/93 e itens 12.1 e ss. deste Edital, é imprescindível a **SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO** ora impugnada, de modo que o Presidente da CPL, Equipe Técnica, Procuradoria, Controladoria, Secretaria de Obra e Executivo Municipal possam manifestar-se, de modo tempestivo, público, com embasamento legal e oficial. É o nosso requerimento inicial.

1. DOS FATOS

Em apertada síntese, trata-se de procedimento licitatório instaurado pelo Município de Conselheiro Lafaiete/MG, na modalidade concorrência Pública, tipo menor preço por lote, tendo como objeto a *“a Contratação pelo Sistema de Registro de Preços de empresa especializada em arquitetura e/ou engenharia para elaboração de projetos de acessibilidade e complementares para prédios da Administração Pública Municipal de Conselheiro Lafaiete/MG, conforme condições contidas no Anexo I, integrante do Edital”*.

Referida licitação tem sessão de abertura marcada para o dia 17 de maio de 2023 às 9:30 horas.

Ocorre que alguns itens do edital e seus anexos contêm irregularidades e obscuridades que necessitam, URGENTEMENTE, de serem sanadas, e tais resoluções precisam ser de forma preliminar a realização do certame, sob pena de se frustrar o objetivo da Administração e, sobretudo, eivar todo o procedimento de ilegalidade insanável.

Deste modo, procedemos com a correlata Impugnação.

2. DOS FUNDAMENTOS

2.1. Da Legalidade e Tempestividade da Impugnação

Inicialmente, é imperioso salientar que a presente Impugnação é plenamente tempestiva e legal, visto que a sessão ocorrerá no dia 17 de maio de 2023, assim o prazo de dois dias úteis anteriores a sessão para apresentação das razões de Impugnação se encerra apenas no dia 15 de maio de 2023, não obstante a forma de contagem de prazo e procedimento estipulada no art. 110 e art. 113, ambos da Lei 8.666/93.

Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.

§1º. Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.

§2º. Os Tribunais de Contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, até o dia útil imediatamente anterior à data de recebimento das propostas, cópia de edital de licitação já publicado, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas.

Além disso, os licitantes têm direito de interpor impugnações aos editais, conforme determina cristalinamente o art. 41 da Lei 8.666/93 e item 12 do correlato edital.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§1º. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§2º. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12. DA IMPUGNAÇÃO

12.1. Qualquer cidadão é parte legítima pra impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, dirigindo-se à Comissão Permanente de Licitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei nº 8.666/93.

12.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil antes da abertura dos envelopes de habilitação, caso em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o interessado de participar do processo licitatório, até o trânsito em julgado da decisão e ela pertinente.

12.4. As Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas, mediante protocolo presencial ou via postal, devendo:

12.4.1. **No caso de protocolo presencial:** ser entregues no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, sito à Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-026, no horário de 12h às 16h, onde será efetuado o protocolo de recebimento.

12.4.2. **No caso de protocolo via postal:** serem encaminhadas ao Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, sito à Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-026, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, em envelope lacrado contendo, em sua parte externa, a identificação completa do remetente, e, no seu interior, a documentação exigida nos itens 12.6 e 12.7.

12.5. A Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete não admitirá impugnações por meios não previstos neste Edital, tampouco se responsabilizará, no caso de protocolo via postal, por impugnações endereçados e/ou entregues em locais diversos do Setor de Licitação, deixando de conhecer aqueles que não sejam recebidos no prazo legal.

12.6. Para Impugnação do edital, o interessado ou licitante deverá apresentar junto com suas razões, os documentos

necessários que identifiquem a empresa ou pessoa física (caso não seja sócio ou proprietário, deverá apresentar procuração registrada no cartório), bem como que identifique suas alegações.

12.7. Deverão ser entregues junto ao pedido de impugnação os seguintes documentos originais, autenticados por cartório, ou cópia simples devidamente acompanhada do original para conferência pelos servidores municipais, em caso de pessoas jurídicas:

12.7.1. Contrato Social e alterações da empresa licitante.

12.7.2. Cópia do documento de identidade.

12.7.3. Procuração por instrumento público ou particular, outorgando poderes para representar a licitante perante a Administração Pública municipal.

12.7.4. Em se tratando de pessoa física, deverá ser apresentado o documento de identificação oficial.

*12.8. A resposta à impugnação será divulgada através de comunicado a todos os licitantes via **correio eletrônico** e pelo **site oficial** do município, e, caso a legislação assim determine em determinados casos, também através da publicação na Imprensa Oficial e em jornais de grande circulação.*

12.9. A participação nesta licitação implica em aceitação integral e irrestrita dos termos deste Edital, dos regulamentos administrativos, das normas técnicas e, principalmente, das exigências e penalidades contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

2.2. Da Qualificação Técnica

A Lei 8.666/93, em seu art. 30 e parágrafos, disponibilizou à Administração a possibilidade da exigência de Qualificação Técnica nos processos licitatórios.

Antes de tudo, cumpre salientar que é indispensável que a Administração, ainda na fase interna do processo licitatório, defina sobre a exigência da qualificação técnica, justificando (motivando) a real necessidade, uma vez que a utilização aleatória poderá vir a cercear a competição no certame, incorrendo na vedação prevista no art. 3º, §1º, da Lei 8.666/93.

Sobre o assunto já se pronunciou o TCU, ao dispor que, *in verbis*:

“Pode-se concluir que a entidade que promove a licitação deve fundamentar adequadamente a exigência da capacidade técnica, demonstrando de forma inequívoca sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado, de modo a afastar eventual possibilidade de restrição

ao caráter competitivo do certame (Acórdão 32/2003 - Primeira Câmara. Grupo II / Classe VI / Primeira Câmara Processo - 007.358/2002-5)".

A legalidade da exigência de qualificação técnica, além de sua previsão legal supracitada, está, segundo o STJ, no fato de que *"a ampliação do universo de participantes não pode ser implementada indiscriminadamente de modo a comprometer a segurança dos contratos, o que pode gerar graves prejuízos para o Poder Público"* (REsp 295.806/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 06.12.2005, DJ 06.03.2006 p. 275).

No primeiro momento é preciso sublinhar que a parcela de maior relevância deste edital trata-se, na verdade, de serviço de *elaboração de projetos de acessibilidade e complementares para prédios da Administração Pública Municipal de Conselheiro Lafaiete*.

O serviço a ser desempenhado, nos exatos termos esmiuçados no TR, não são complexos e NÃO EXIGEM um maior conhecimento e expertise dos profissionais envolvidos. O mérito principal da contratação é a elaboração de projetos para este Município. Claro está que os profissionais irão elaborar projetos diversificados, e por isso faz-se necessária a exigência de qualificação técnica com foco naquilo que se está, essencialmente, a contratar.

O item 7.3.3.1 "d" solicita qualificação técnica referente a **avaliação de adequação para acessibilidade**, e tal item não consta na planilha orçamentária anexa ao edital, por tanto não poderia figurar entre as parcelas de maior relevância.

Nesse sentido, a comprovação referente aos atestados de serviços de acessibilidade como previsto na planilha orçamentária.

Os serviços para "Avaliação de adequação para acessibilidade" é intrínseco ao serviço de acessibilidade, uma vez que por se tratar de obra de reforma será necessária avaliação para tomada de decisão nas ações de como conduzir o projeto de acessibilidade. Ressaltamos, ainda, que um projeto de complementação e reforma requer um serviço de "Levantamento Arquitetônico" para avaliação da edificação já construída, serviço que também não consta na planilha arquitetônico.

A maior parte das soluções (bens e serviços) desejadas pela Administração não é feita diretamente por quem cumpre o contrato, ou seja, quem cumpre o contrato é simplesmente um **intermediário** entre o fabricante e a

Administração. Num contrato de compra e venda, ainda que o objeto possa ser complexo (por exemplo, fornecimento de equipamento de informática altamente sofisticado), a obrigação de quem cumpre o contrato é destituída de complexidade técnica, isto é, ela (obrigação) não é contaminada pela complexidade do equipamento. Quem precisa ter capacidade técnica para viabilizar a solução é o fabricante do equipamento, e não quem o vendeu para a Administração. Aliás, ele nem participa da relação jurídica contratual, só entrará em cena se houver necessidade de acionar a garantia do bem. Fora essa hipótese, não há nenhuma relação entre ele e a Administração. Portanto, uma coisa é a complexidade do objeto, e outra é a da obrigação a ser cumprida pelo contratado.

Diferentemente, nos negócios que envolvem objetos a serem executados "sob encomenda", em que tais objetos são tecnicamente complexos, não é possível raciocinar da mesma forma que em uma simples compra, na qual o fornecedor não precisa possuir capacidade técnica, pois é um simples intermediário. No serviço de engenharia, no desenvolvimento de um serviço intelectual (um projeto, um parecer jurídico, um sistema de TI) **não há intermediário**, não há solução (objeto) pronta e acabada, mas a ser viabilizada. Nesse caso, a solução deve ser feita sob encomenda e o ingrediente principal para a sua obtenção é a **capacidade técnica** do contratado.

A distinção entre complexidade da solução e da obrigação a ser cumprida é essencial, pois é em face dela que se saberá qual é o regime ou sistema jurídico que deverá ser adotado.

O sistema da Lei nº 8.666/93 foi pensado para atender a um tipo específico de contratação, ou seja, justamente aquela que envolve objetos revestidos de complexidade e que devem ser viabilizados diretamente por quem será contratado. Portanto, a sua estrutura tem o propósito de reduzir o risco em torno da não obtenção do mencionado resultado.

Por conta disso, o sistema da Lei nº 8.666/93 foi estruturado de forma a permitir primeiro a avaliação da capacidade técnica (habilitação), ao contrário do pregão. É importante dizer que o sistema da Lei nº 8.666/93, que condiciona a aceitação da proposta em razão da capacidade técnica, não elimina a incerteza, apenas a reduz (ou seja, aumenta a certeza de que o resultado pode ser obtido). A redução tem relação direta com o nível de exigência a ser feito na fase de habilitação,

ou seja, ela oscilará de acordo com a complexidade da obrigação a ser cumprida pelo futuro contratado, e não em razão da complexidade do objeto em si.

Por isso, distinguimos a complexidade do objeto da complexidade da obrigação. Ora, se a solução (objeto) é complexa e a pessoa tem de executá-la diretamente, deverá possuir capacidade técnica, sob pena de haver risco quanto ao resultado final da solução. Essa é a lógica que norteia a ordem jurídica vigente.

Os sistemas da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02 foram pensados e estruturados a partir de uma lógica que pressupõe resposta para essas duas perguntas. **Fundamentalmente, se a contratação envolve obras e serviços de engenharia e serviços intelectuais, não é possível adotar o pregão.** Mas existem outros serviços que não são intelectuais e não são de engenharia e que, igualmente, não devem ser licitados por pregão, muito embora isso esteja acontecendo.

Mas vamos analisar, ainda, o contexto de ter-se entendido que tanto modalidade quanto exigências da qualificação técnica estão condizentes, sendo mantido o edital nos mesmos moldes sem nenhuma alteração, vejamos o que disciplina o art. 30 da Lei 8.666/93:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§1º. A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§2º. As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§3º. Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

(...)

§5º. É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

(...)

§8º. No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§9º. Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

Não resta dúvida que o foco principal deste certame é a elaboração de projetos, todos voltados a serviços de engenharia. **O edital exige qualificação técnica que NÃO guarda relação com as parcelas de maior relevância a serem contratadas.** O edital contém exigência de comprovação que NÃO são de relevância técnica na área de engenharia, área esta que a Administração pretende contratar.

Assim, é preciso procurar entender a intenção do legislador ao constar tais ordenamentos na lei geral de licitações.

É bem verdade que a exigência de capacidade técnica constante na lei 8.666/93 visa salvaguardar os Órgãos Públicos no momento das contratações das empresas executoras, procurando atribuir uma segurança jurídica no que diz respeito a capacidade do licitante para realizar determinadas obras/serviços. Pois seria dispare contratar uma empresa para construir uma obra de grande vulto e de alta

complexidade, que requer capacitações específicas, sem que a interessada demonstrasse que possui condições de executar tais serviços, por exemplo.

O que a lei veda é a exigência desarrazoada, sem fundamentação lógica ou técnica, com intuito de apenas restringir a competitividade. Na verdade, **QUANDO HÁ JUSTIFICATIVA PARA TAL** (devidamente motivada), a Administração pode exigir qualificação restritiva, tendo em vista que a contratação de empresa sem experiência no ramo e sem profissional habilitado para o serviço aumenta em proporções catastróficas a possibilidade de erro e insucesso na consecução do objeto.

Analisando o §1º do art. 30 da lei 8.666/93, o legislador veda a exigência de quantidades mínimas e prazos máximos, visando não impedir a participação de licitantes e dar condições iguais a todos. Contudo, em CASOS EXCEPCIONAIS e DEVIDAMENTE JUSTIFICADOS, a única forma dos Órgãos Públicos atestarem a capacidade das empresas interessadas é exigindo apresentação de Acervo Técnico compatível em características com a obra/serviço a ser licitada. E ainda, a doutrina e a jurisprudência possuem um entendimento único na questão de acervo técnico com quantidades e/ou características compatíveis:

“O instrumento convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir”. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª ed., Editora Dialética, p.82.)

“Existem situações em que o fator quantitativo é relevante, para fins de qualificação técnico-profissional. (...) A Lei consagrou preconceito insustentável, pois a boa execução anterior de quantidades mínimas e (ou) com prazos máximos pode ser a única forma de evidenciação da qualificação técnico-profissional. Seria reprovável a exigência anterior com quantidades mínimas ou prazos máximos se isso fosse desnecessário para comprovação da qualificação técnica do sujeito, em função das peculiaridades do objeto licitado”. (cf. Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 5ª ed., Dialética, p. 311)

O próprio TCU orienta que as decisões quanto a exigência de capacidade técnica inserida no edital devem ser analisadas caso a caso, de acordo com as justificativas/necessidades técnicas de cada obra/serviço, frente a suas peculiaridades individuais (importância, complexidade).

O E. TCU entende que as exigências relativas à qualificação técnica têm objetivo preciso, qual seja: *“assegurar que o licitante estará apto a dar cumprimento às obrigações assumidas com a Administração, não podendo a sua comprovação ser feita mediante a formulação de exigências desarrazoadas, que comprometam a observância do princípio constitucional da isonomia”* (Decisão 503/2000, Plenário, Rel. Min. ADHEMAR PALADINI GHISI, DOU 05.07.2000).

O presente edital elenca na Planilha de Preços os serviços que serão desenvolvidos e estima quantidades em meses, com exigência de frequência e/ou visita mínima do responsável técnico.

Ademais, o presente caso não se amolda à possibilidade do Gestor Público utilizar-se do princípio da discricionariedade. Hely Lopes Meirelles ensina que o significado de discricionário não deve ser confundido com o de arbitrário, sendo estes, se examinados sob o ponto de vista do Direito, conceitos totalmente diversos.

Discricionariedade é liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitidos em lei; arbítrio é ação contrária ou excedente da lei”. Enquanto o primeiro é “legal e válido”, o segundo é “ilegítimo e inválido”.

No direito administrativo, atualmente, o conceito de discricionariedade, não se confunde com a total liberdade de escolha, por parte da autoridade, pois vem sendo esboçada uma liberdade limitada e submetida à legislação. Odete Medauar assim afirma:

O poder discricionário sujeita-se não só às normas específicas para cada situação, mas a uma rede de princípios que asseguram a congruência da decisão ao fim de interesse geral e impedem seu uso abusivo.

As leis concedem ao administrador público o poder discricionário, pois quando diante de um caso concreto, sem um dispositivo legal correspondente, tem o poder de tomar a atitude que avaliar mais apropriada, para que não fique limitado a agir somente nos momentos revestidos de previsão legal.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro explica a diferença existente entre as situações para as quais existe um dispositivo legal correspondente, chamadas de atos vinculados e os atos discricionários:

Pode-se, pois, dizer que a atuação da Administração Pública no exercício da função administrativa é vinculada quando a lei estabelece uma única solução possível diante de uma

determinada situação de fato; ela fixa todos os requisitos cuja existência a Administração deve apenas constatar, sem qualquer margem de apreciação subjetiva. [...] Na atuação discricionária, a Administração, diante de determinado caso concreto, tem mais de uma alternativa a sua escolha, qualquer delas inserindo-se dentro dos limites da legalidade.

Celso Antônio Bandeira de Mello conceitua discricionariedade da seguinte forma:

Discricionariedade, portanto, é a margem de liberdade que remanesça ao administrador para eleger, segundo critérios consistentes de razoabilidade, um, dentre pelo menos dois comportamentos cabíveis, perante cada caso concreto, a fim de cumprir o dever de adotar a solução mais adequada à satisfação da finalidade legal, quando, por força da fluidez das expressões da lei ou da liberdade conferida no mandamento, dela não se possa extrair objetivamente, uma solução unívoca para a situação vertente.

O interesse público deve se impor ao exercício da discricionariedade administrativa que o administrador possui, caracterizada como a “liberdade de escolha”, devendo condiciona-se à obediência às normas, princípios fundamentais e atendimento às regras da boa gestão.

A Administração Pública poderia, dentre as possibilidades legais, escolher entre os regimes de execução disponíveis. Ao fazer a escolha por um deles se vê obrigado a cumprir com exigências legais impostas diante de sua escolha.

Assim, esperamos e confiamos na **RETIFICAÇÃO** do correlato edital para que este se torne plenamente legal, sem restrições injustificáveis, de ampla competitividade e plenamente claro, de modo que as empresas licitantes possam formular suas propostas nos exatos termos que pretende a Administração frente a objetiva forma de execução contratual.

Do modo como está disposto no edital a Administração Municipal está exigindo capacidade técnica incompatível com os itens da planilha.

Sublinhamos que o edital precisa ser alterado no sentido de que as exigências de qualificação técnica estejam COMPATÍVEIS com a complexidade real do objeto, necessitando de empresa com capacidade comprovada em OBJETO SIMILAR. No mesmo sentido, que a qualificação técnica exigida seja CLARAMENTE identificada.

Assim, finalmente, diante de tais irregularidades e obscuridades, faz-se PRIMORDIAL que tais apontamentos sejam levados ao conhecimento da

Administração, de modo que esta possa corrigi-los, sem que o procedimento corra o risco de ser tornado ilegal, logo, podendo ser anulado por vício insanável.

Ademais, acreditamos que o intuito maior desta Administração seja pela retidão de suas atitudes e, por isso, espera e confia que tudo até aqui levantado e comprovado por meio desta Impugnação seja alvo, no mínimo, de justificação por parte desta Prefeitura Municipal.

Assim, esperamos e confiamos na retificação do correlato edital para que este se torne plenamente legal, sem restrições injustificáveis, competitividade compatível e plenamente claro.

2.3. Da Ausência do BDI

O BDI consiste em um elemento orçamentário que compõe o orçamento de uma obra ou de um serviço de engenharia. Esse elemento é formado pelos custos indiretos, ou seja, àqueles não relacionados a materiais, mão de obra e etc.

Ou seja, quando da formulação de uma proposta é necessário que esse valor englobe os custos diretos e os custos indiretos, que englobam também o lucro, isso para que essa proposta seja válida, exequível e efetiva.

Sendo assim, o BDI é um percentual que incide sobre o valor global da proposta. A composição exata do BDI pode variar, especialmente em relação ao regime tributário da empresa. Mas os elementos que fazem parte do cálculo da porcentagem de BDI são: 1. Administração Central (AC) – São as despesas de gastos administrativos da empresa, como aluguel, funcionários administrativos, serviços de telefonia, água e luz e etc; 2. Seguros (S) – É uma porcentagem sobre o total da obra que deve ser reservado como seguro; 3. Garantias (G) – É o valor correspondente à taxa de caução, seguro garantia, fiança bancária ou títulos da dívida pública; 4. Margem de Incerteza (MI) ou Taxa de Risco (TR) – São os custos com imprevistos que não estão cobertos por seguros; 5. Tributos Municipais (TM) – É a porcentagem correspondente aos tributos municipais; 6. Tributos Estaduais (TE) – É a porcentagem

que compreende os tributos estaduais, que é apenas aplicável à empresas que recolham esses tributos; 7. Tributos Federais (TF) – Porcentagem referente aos tributos federais: Programas de Integração Social (PIS) e Financiamento da Seguridade Social (Cofins), por exemplo; 8. Margem Bruta de Contribuição (MBC) ou Taxa de Lucro (TL) – É o valor correspondente ao lucro previsto para o projeto.

Podemos extrair essas informações do art. 9º do Decreto nº 7.983/2013, que trata das contratações de obras e serviços de engenharia no âmbito federal. No mesmo sentido é o que disciplina a Resolução 329/2019 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, vejamos:

Art. 1º Esta resolução disciplina a metodologia para análise de preços nas fiscalizações de obras e serviços de engenharia dos jurisdicionados deste Tribunal de Contas.

Art. 4º O percentual de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI adotado por este Tribunal de Contas obedecerá às tabelas do anexo único, que integra esta Resolução.

ANEXO ÚNICO

Percentuais de BDI adotados

O BDI (do inglês “Budget Difference Income”, normalmente traduzido como “Bonificações e Despesas Indiretas”) é um termo técnico usado no ramo da engenharia, especialmente da construção civil, para indicar, na formulação dos preços, o percentual que incide sobre os custos de uma obra ou serviço. O BDI abrange despesas diretas, indiretas e lucro correspondentes à execução de obra ou à prestação de serviço. Assim, a importância relativa ao BDI é acrescida ao custo direto de obra ou serviço.

2. Para obras de saneamento básico e demais obras: Para obras de saneamento básico e demais obras será adotada a tabela 1 (abaixo), baseada no “Estudo da Composição da Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e Encargos Sociais nas Contratações de Obras Públicas” elaborado pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência – SECONT.

Tabela 1:

TAXA DE BDI PADRÃO APLICÁVEL				
COMPONENTES	1ª Faixa (até R\$330.000,00)	2ª Faixa (R\$330.000,00 a R\$3.300.000,00)	3ª Faixa (R\$3.300.000,00 a R\$20.000.000,00)	4ª Faixa (R\$20.000.000,00 em diante)
A - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5,59%	4,06%	3,26%	3,22%
B - ADM LOCAL	8,53%	8,19%	7,63%	6,58%
C - IMPOSTOS/ TRIBUTOS				
C1 - ISSQN	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
C2 - PIS	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%
C3 - COFINS	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
D - CUSTOS FINANCEIROS	0,61%	0,61%	0,61%	0,6%
E - RISCO, GARANTIAS E SEGUROS	0,50%	1,00%	1,50%	2,0%
F - LUCRO	9,00%	8,00%	7,00%	6,0%
TOTAL	34,53%	31,96%	29,93%	28,22%

5. Para todos os itens acima, o BDI adotado contempla os seguintes custos:

- Administração Central;
- Administração Local;
- Impostos e Tributos;
- Custos Financeiros;
- Risco, Garantias e Seguros;
- Lucro.

O Tribunal de Contas da União já estabeleceu entendimento no seu Manual de Obras Públicas sobre o BDI: “isto é, garantia, risco e seguros, despesas financeiras, administração central e tributos. Ela é um percentual que, aplicado sobre o custo da obra, eleva-o ao preço final dos serviços. Seu valor deve ser avaliado para cada caso específico, dado que seus componentes variam em função do local, tipo de obra e sua própria composição”.

Já no Acórdão nº 3.034/2014 do Plenário, o TCU definiu que: “Na composição do BDI de obras públicas devem ser considerados somente os custos alocados com base em critérios de rateio ou em estimativas ou aproximações, tais como: administração central, riscos, seguros, garantias e despesas financeiras, além da remuneração da empresa contratada e tributos incidentes sobre o faturamento.” (TCU, Acórdão nº 3.034/2014, Plenário.)

A súmula nº 258/2010 do TCU dispõe que: “as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou **serviço de engenharia**, devem constar dos

anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão 'verba' ou de unidades genéricas".

Assim, existem dois tipos de custos, o direto e o indireto. Os custos diretos compreendem os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária. São apropriados de forma objetiva, por meio de alguma unidade de medida (quilogramas, horas de mão de obra, metros etc.).

Por sua vez, os custos indiretos e as despesas indiretas necessitam de algum critério de rateio para serem apropriadas pela empresa e não são passíveis de medição direta, pois não podem ser discriminados na planilha orçamentária. Assim, tais gastos costumam ser considerados apenas no processo de formação da taxa de benefícios e despesas indiretas a ser aplicada no orçamento da obra. Como exemplo de despesas indiretas, citam-se os gastos com a administração central da empresa.

O presente edital não disciplina sobre o BDI do serviço, não há NENHUMA INFORMAÇÃO neste sentido, quanto ao valor utilizado na planilha anexa e nem mesmo limite para as licitantes, visto que não foi exigido composição DO BDI. Deste modo, temos que o presente edital não cumpre com as determinações da Súmula 258/2010 do TCU, assim como igualmente descumpre equiparadamente a Resolução 329/2019 do TCEES.

O edital não faz incidir o percentual do BDI e nem mesmo traz a sua composição. A ausência do BDI é, na verdade, excluir as despesas indiretas que recairão sobre a execução do serviço, valores estes, inclusive, o do ISS da empresa devido ao Município. O lucro também está inserido dentro da composição do BDI e, conforme dispõe o art. 44, §3º:

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

(...)

§3º. Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Para o presente objeto licitado (serviço de engenharia) faz-se obrigatória a incidência do BDI, e sua composição deve estar disponível no edital, assim como seu percentual deve vir destacado e identificado dentro da planilha de formação de preços.

Assim, esperamos e confiamos na RETIFICAÇÃO do correlato edital para que este se torne plenamente legal, sem restrições injustificáveis, de ampla competitividade e plenamente claro, de modo que as empresas licitantes possam formular suas propostas nos exatos termos que pretende a Administração frente a objetiva forma de execução contratual, tudo em conformidade com os preços de mercado e já inclusas todas as despesas diretas e/ou indiretas.

2.4. Da Falta de Critério para Aceitabilidade das Propostas

Um dos problemas que atinge a grande parcela das empresas que se vislumbram vencedoras da fase de lances é a questão da inexecuibilidade de seus preços. Comumente, ocorre dos licitantes, no anseio de se tornarem vencedores da disputa, ofertam preços muitos baixos, porém, não compete inicialmente ao Presidente da CPL e Pregoeiro fazer o juízo de admissibilidade dos mesmos, ou seja, ele não pode manifestar-se no sentido da inexecuibilidade de determinado lance, conforme inclina-se Marçal Justen Filho. O correto é justamente a impetração de razões de recurso e contrarrazões de recurso, para que a CPL, Pregoeiro e/ou Executivo Municipal possam avaliar a situação e, com base em todos os fundamentos, decidir a lide.

Para a apuração da inexecuibilidade devem ser observados alguns pontos: o primeiro é que o edital deve trazer um ORÇAMENTO DETALHADO – planilha de composição de custos unitários (art. 40, §2º, II c/c art. 47, ambos da Lei 8.666/93). Esse é o primeiro passo.

Para formulá-lo a Administração deve conhecer o mercado, as características do produto/serviço e a composição dos custos, de maneira a traçar um parâmetro para a verificação da inexecuibilidade. Contudo, não há um parâmetro certo e imutável, a cada caso o limite terá que ser adequado.

Então, quando uma determinada proposta for inferior ao limite fixado pela Administração, isso pode caracterizar indício de inexecuibilidade. Uma diferença

muito significativa entre o valor estimado e o valor proposto obriga a Administração a exigir comprovação da viabilidade da proposta.

Então, a inexecutibilidade deve ser apurada em cada caso, observando-se a planilha de formação de preços do licitante vencedor, demonstrativos que evidenciem a possibilidade do cumprimento da proposta, assim como demais elementos.

Por força de dispositivo legal, então, admite-se que a Administração tem o poder-dever de, verificada a inexecutibilidade do preço ofertado por determinado licitante, promover sua desclassificação, declarando vencedora a proposta classificada em segundo lugar (Lei nº 8.666/93, inciso IV, artigo 43).

“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis”.

Na mesma linha, o §3º do artigo 44 da Lei nº 8.666/93 enuncia: “Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos (...)”.

E, ainda, em complemento, o inciso II do artigo 48, também da Lei nº 8.666/93 determina:

“Art. 48. Serão desclassificadas:

(...)

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

Não bastassem todas as disposições ora mencionadas, a Lei nº 8.666/93 oferece um critério relativo para se aferir a inexecutabilidade das propostas. A aplicação da fórmula apresenta a Administração uma presunção de que o preço ofertado é inexecutável. Como presunção, admite-se prova em contrário, o que denota a necessidade de se outorgar ao particular a possibilidade de que ele comprove a executabilidade de seus preços. Vejamos:

“Art. 48.

(...)

§1º. Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexecutáveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou

b) valor orçado pela administração”.

Em termos bastante objetivos, os Tribunais tem recomendado que seja adotado o seguinte procedimento: 1) antes de desclassificar a proposta, a Administração, invocando o §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, deve conferir oportunidade para que o licitante comprove sua viabilidade, estipulando prazo para apresentação de justificativas; 2) se o licitante não apresenta documentos que desnudem seus custos - a fim de comprovar que ele, mesmo com preço reduzido, ainda obtém vantagem, ou apresenta documentos não convincentes, a Administração declara inexecutável a proposta; 3) a seguir, examina as ofertas subsequentes e a classificação dos licitantes, até a apuração de uma oferta que atenda ao edital, declarando o licitante vencedor; 4) a partir daí, o rito procedimental toma seu curso regular.

Aqui frisamos novamente a importância da Planilha de Formação de Preços e Detalhamento do BDI.

Apenas para ratificar tudo até aqui alegado, citamos trecho do Acórdão nº 428/2010-1ª Câmara, TC-026.770/2008-3, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues de 02.02.2010:

“Pregão para prestação de serviços de apoio: 1 - Proposta com preço inexecutável. Em representação oferecida ao TCU, a empresa Tech Mix atacou o julgamento proferido no Pregão Eletrônico nº 006/2008, realizado pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e que tinha por objeto a prestação de

serviços de apoio administrativo e operacional. Contra a decisão do pregoeiro que considerou a representante vencedora do certame, com proposta de R\$164.673,41/mês, foram apresentados recursos por outros licitantes, alegando inexecutabilidade e descumprimento do edital. A fim de subsidiar o exame das contra razões apresentadas pela recorrida junto ao Embratur, foi solicitado parecer da Divisão de Contabilidade (Dicont), que se manifestou pela inexecutabilidade do valor ofertado. A conclusão decorreu da verificação de que a proposta da vencedora era inferior a R\$168.316,10/mês, que corresponderia ao valor de remunerações e encargos constantes da proposta, acrescido ao de tributos. Com base na planilha da Dicont, o pregoeiro recusou a proposta da Tech Mix, tendo sido o objeto do certame adjudicado a outra empresa. Em seu voto, considerou o relator válido o procedimento adotado pela área contábil do Embratur para verificar a executabilidade de proposta. Para ele, 'não é executável proposta com margem insuficiente para, após a retenção de tributos pela Administração, fazer frente às remunerações e encargos informados pelo licitante'. Ao final, entendeu o relator ter sido correta a recusa da proposta da Tech Mix e, por consequência, improcedente a representação, no que foi acompanhado pelos seus pares.

TJ-ES - Agravo Regimental Mandado de Segurança. AGR 100080026485 ES 100080026485 (TJ-ES). Data de publicação: 09/12/2008

Ementa: ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREÇO INEXECUTÁVEL. AUSÊNCIA DE FUMUS BONI IURIS. RECURSO NAO PROVIDO. 1. Prescreve o art. 48 da Lei 8.666 /93 [...] que serão desclassificadas as propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. (RMS 17658/SC, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/09/2006, DJ 28/09/2006 p. 188) 2. Assim sendo, a presunção estabelecida no art. 48, II , §1º , letras 'a' e 'b' da Lei 8666 /93 é relativa, admitindo prova em contrário. 3. Recurso não provido.

As decisões de desclassificações devem estar, sempre, nutridas de fundamentos jurídicos e de motivação suficiente, sob pena de se vulnerar o disposto no inciso IX e X da Constituição Federal. Ausentes tais requisitos, a decisão

administrativa merece ser anulada por ferir os princípios constitucionais da ampla defesa (art. 5º – LV) e da legalidade (art. 37, caput).

A este respeito oportunos são os seguintes ensinamentos do mestre MARÇAL JUSTEN:

“Ausência de fundamentação torna a decisão de desclassificação mais vulnerável quando não se reportar à desconformidade com dados previstos no ato convocatório. Isso se passa quando a desclassificação se fundamentar na inexecutabilidade da proposta ou na excessividade do preço. Como qualquer outra decisão, a desclassificação por insuficiência de preço deverá ser fundamentada, assim como a sua aceitação. Em hipóteses de inexecutabilidade, a fundamentação deverá ser minuciosa, alicerçada em fatos e evidências concretamente levantados e apontados. A desclassificação da proposta por irrisoriedade de preço depende da evidenciação da inviabilidade de sua execução, tendo em vista a compatibilidade entre os custos reconhecidos pelo licitante e aqueles praticados no mercado. Também deverá ser examinado se o coeficiente de produtividade previsto na proposta (ainda que implicitamente) é adequado aos termos previstos para a execução do contrato. A decisão que não contenha a informação concreta em que se fundamenta é não motivada e arbitrária. Não há diferença entre decisão que se fundamenta no simples arbítrio do julgador e aquela que se reporta a dispositivos legais ou do edital (sem indicação dos pressupostos fáticos que autorizam a subsunção do caso concreto ao preceito normativo).” Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8a.ed. Ed. Dialética. São Paulo: 2000, p. 452.

No caso, é necessário examinar a regra estabelecida na alínea "a" do art. 48, II, §1º, no qual exige-se para o fim, que faça-se uma média aritmética das propostas ofertadas para achar o coeficiente. Não interessa determinar se a proposta é ou não exequível, mas estabelecer padrões aritméticos para sua determinação. “Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa, a questão é de fato e não de direito” (Marçal J. Filho).

Parafraseando Marçal Justen, não se admite que a Administração pura e simplesmente afirme que o preço está exequível “sem indicar o parâmetro que autoriza tal conclusão, de molde a permitir o controle da fundamentação adotada”.

Sendo assim, não prevendo o Edital o que seria preço inexecutável, será permitido ao administrador criar fórmulas ou adotar interpretações,

atentando para os preços praticados no mercado local, especialmente na sede de cada licitante, com aquisições de valores menores.

Ainda neste diapasão, o julgamento das propostas segue o princípio do julgamento objetivo, que decorre diretamente do princípio da legalidade, consistindo no fato de que o *“julgamento das propostas há de ser feito de acordo com os critérios fixados no edital”* (Direito administrativo. 12 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000, p. 300), critérios estes objetivos e previamente estabelecidos (art. 45, da Lei de Licitações), de modo a não favorecer ou prejudicar qualquer dos concorrentes.

Desse entendimento deriva ainda o princípio da impessoalidade, pelo qual a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento.

Desta forma, tem-se que a Administração pública, para melhor garantir a lisura e legalidade de todo o procedimento licitatório, tem que valer-se de critérios estabelecidos no instrumento convocatório e na legislação específica, dando prévia ciência aos interessados das condições e exigências que regerão todo o certame, estipulações estas que devem ser obedecidas tanto pelos convocados quanto pela Administração Pública.

A ofensa a qualquer uma dessas diretrizes poderia ocasionar o favorecimento de um ou de alguns dos licitantes em detrimento dos demais, ou beneficiar somente ao próprio ente público que promove o certame, com ferimento aos princípios que devem sempre estar presentes em atos praticados pela Administração Pública (moralidade, impessoalidade, legalidade (previstos no art. 37, caput, da CF/88) dentre outros.

Não resta dúvida que a falta de critérios para aceitabilidade da proposta poderá acarretar prejuízos à Administração. Isso porque baixíssimos preços podem estar atrelados a inadimplência fiscal e má qualidade de serviços e produtos. Preço baixo não é sinônimo de irregularidade, é bem verdade, mas a Administração deve se resguardar e se cercar de todos os possíveis indícios de mal versação dos recursos públicos. Deste modo, trará segurança as empresas que estão adimplentes e cumprem com todas as imposições legais.

Diante do que aqui se expôs, temos que o presente edital NÃO disciplina sobre as regras de aceitabilidade das propostas e tal fato poderá comprometer,

substancialmente, a execução prática e regular do contrato. Além de inviabilizar a aferição, por parte das licitantes, quanto a exequibilidade de suas propostas concorrentes.

A Administração corre o sério risco de contratar uma empresa baseada apenas no menor preço, sem se ater nas implicações que este menor preço poderá trazer durante a execução contratual e, por isso, faz PRIMORDIAL que o Município discipline os critérios de aceitabilidade das propostas, de modo a reduzir riscos de inadimplências, baixa qualidade do serviço, aferição cumprimento de todas as condições/imposições contratuais e responsabilizações diversas.

3. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, pleiteamos o que se segue:

A) PRELIMINARMENTE, que o presente certame seja **SUSPENSO**, e que a presente Impugnação seja **ACEITA e ACOLHIDA**, por ser **TOTALMENTE LEGAL E TEMPESTIVA** e, em fase de análise de mérito, a **MODIFICAÇÃO DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2023** nos moldes em que a empresa aqui Impugnante pleiteia e aponta, não obstante a necessidade de esclarecimentos e motivação (justificativa técnica e legal) em seu não atendimento;

B) que o procedimento seja cumprindo nos termos e prazos estipulados pela Lei 8.666/93, especialmente no que concerne a **SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO**, visto a complexidade e importância do conteúdo desta Impugnação e a proximidade da sessão de abertura do certame, sem se esquecer da possibilidade concedida através do art. 113 da Lei 8.666/93;

C) que em cumprimento ao que possibilita o art. 43, §3º da Lei 8.666/93, seja realizada diligência junto ao Setor Técnico desta Prefeitura, através de profissional habilitado na área de engenharia ou correlata, para análise e emissão de parecer escrito e fundamentado das questões técnicas pertinentes e afins aqui Impugnadas e/ou questionadas, de modo a embasar a decisão da Presidente da CPL, parecer da Procuradoria e decisão final do Executivo Municipal;

MIRANDA


ENGENHARIA

D) que seja prolatado parecer jurídico conjuntamente com as decisões proferidas em sede de Impugnação;

E) a intimação, citação, resposta oficial, e demais pedidos e afins pleiteamos que sejam encaminhados, ADICIONALMENTE ao e-mail da procuradora desta empresa, Dra. Flaviane Carvalho da Fonseca - OAB/ES 20.454 (flavianefonseca@gmail.com).

Nestes Termos,
Pede e Espera
Deferimento

Cachoeiro de Itapemirim, 15 de maio de 2023.



MIRANDA ENGENHARIA EIRELI
CNPJ Nº 22.153.445/0001-44
João Vinicius Miranda Viana